



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA TURMA

Processo nº :13808.001096/00-35
Recurso nº : RP/203-119739
Matéria : PIS.
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : 3ª CÂMARA DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessado : CENTER CASTILHO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE
ACABAMENTO LTDA.
Sessão de : 13 de setembro de 2004.
Acórdão nº : CSRF/02-01.734

PIS – DECADÊNCIA - Aplica-se ao PIS, por sua natureza tributária, o prazo decadencial estatuído no artigo 150 § 4º do CTN.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL,

ACORDAM os Membros da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencida a Conselheira Josefa Maria Coelho Marques, que deu provimento ao recurso.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER
RELATOR

FORMALIZADO EM: 31 JAN 2005

Participaram ainda do presente julgamento, os Conselheiros: HENRIQUE PINHEIRO TORRES, DALTON CÉSAR CORDEIRO DE MIRANDA, LEONARDO DE ANDRADE COUTO, FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR.

Processo nº : 13808.001096/00-35
Acórdão nº : CSRF/02-01.734

Recurso nº : RP/203-119739
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : 3ª CÂMARA DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessado : CENTER CASTILHO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE ACABAMENTO LTDA.

RELATÓRIO

Recorre a Fazenda Pública, contra decisão prolatada no acórdão de fls. 96, cuja ementa leio em sessão.

O recurso foi admitido por despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor presidente da 3ª Câmara do Segundo Conselho de contribuintes, sob o patrocínio dos artigos 7º, *caput* e § 1º do Regimento Interno Da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Alega a Fazenda Pública a inoccorrência do fenômeno da decadência, em vista dos termos do artigo 45 da Lei nº 8.212/91. Aduz, ainda, que no caso de tributos sujeitos à homologação, não tendo ocorrido pagamento sequer parcial, o prazo decadencial para a Fazenda Pública efetuar o lançamento é de 10 anos. Alega, por fim, que a decisão recorrida não observa o artigo 22A do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes.

O contribuinte apresentou contra-razões, alegando, preliminarmente, inadmissibilidade do Recurso Especial com base no 7º, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Segundo aduz, a matéria do Recurso Especial em análise (decadência) foi provida por unanimidade, razão pela qual não há o que se falar em recurso com base em decisão não unânime. Afirma que, *in casu*, o recurso deveria ter sido interposto com base no § 2º do referido artigo 7º, caso em que deveria ter sido acompanhado de cópia autenticada do inteiro teor de decisão divergente, o que não ocorreu.

No mérito, alega que o prazo decadencial dos lançamentos de PIS é de 5 anos, não cabendo aplicar o artigo 45 da lei nº 8.212/91.

Após as providências de praxe, vieram os autos para julgamento.

É o relatório.



Processo nº : 13808.001096/00-35
Acórdão nº : CSRF/02-01.734

VOTO

Conselheiro Relator: ROGERIO GUSTAVO DREYER

Alega a Fazenda Pública que a decisão ora atacada inobserva o artigo 22A do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes, uma vez que teria afastado a aplicação da Lei nº 8.212/91. Contudo, discordo de tal argumento.

Ora, o que ocorreu *in casu* não foi o afastamento, por parte do órgão *a quo*, de uma norma por este considerada inconstitucional, no exercício de controle difuso de constitucionalidade, que é de competência exclusiva do Poder Judiciário. Ocorreu, na verdade, uma mera interpretação de dispositivos legais (artigo 150, § 4º, do CTN e artigo 45 da Lei nº 8.212/91), determinando-se qual deveria ser aplicado na fixação do prazo decadencial para o lançamento do PIS. Afirmar que tal iniciativa do julgador administrativo, no exercício de sua competência, representa considerar indiretamente uma norma inconstitucional é, no mínimo, presunção relativa, já elidida na manifestação supra. Rejeito a preliminar.

Quanto ao mérito, cinge-se o presente julgamento à definição do prazo decadencial para a constituição do crédito relativo ao PIS.

Tenho reiteradamente manifestado que, devido à natureza tributária das contribuições, a contagem do prazo decadencial, respeitada igualmente a natureza de tributo sujeito à homologação, é de 05 anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, em conformidade com a corrente majoritária desta Câmara Superior.

Tenho que referir que tal aplicação tem se pautado, por maciça maioria, na existência de pagamentos, ainda que parciais, relativos ao tributo exigido, o que é o caso. Na referida vertente, caso não tenha havido o pagamento, infletiria a regra insculpida no artigo 173, I do CTN, que prevê a aplicação do prazo corrente de 05 anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido procedido. Esta referência perde a importância na medida em que, no presente processo, como já dito, houve o adimplemento do pressuposto do pagamento.

Aduzo ainda, em relação aos argumentos do nobre representante da Fazenda Pública, ao defender o prazo de 10 anos contados nos termos da regra contida no artigo 45 da Lei nº 8.212/91, que tenho defendido que esta se limita a determinar sua inflexão às contribuições nela contempladas, não se incluindo aí a contribuição advinda do Programa de Integração Social (PIS). Esta é a inteligência da combinação de seus artigos 11, Parágrafo único, alínea “d” e 23, seus incisos e parágrafos.

Quanto à preliminar suscitada pelo contribuinte, devo ressaltar que, compulsando os autos, constatei que a decisão do juízo *a quo* quanto à questão da decadência, objeto do Recurso Especial sob análise, não foi unânime, mas por maioria. Portanto, é correto enquadrar o referido

Processo nº : 13808.001096/00-35
Acórdão nº : CSRF/02-01.734

recurso no artigo 7º, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, restando plenamente cumpridos os requisitos de admissibilidade, pelo que rejeito a preliminar.

Nos termos expostos, inatacável a decisão vergastada, pelo que nego provimento ao recurso interposto.

É como voto.

Sala de Sessões, em 13 de setembro de 2004.

Rogério Gustavo Dreyer